Linguagem, gênero e historicidade: tradições discursivas de editorial de jornal

Ivandilson Costa¹

Angela Claudia Rezende do Nascimento Rebouças²

RESUMO

Esta pesquisa centra-se na análise do percurso histórico do editorial em um jornal diário. O objetivo desta pesquisa é descrever quais são as Tradições Discursivas do gênero editorial no jornal *O Mossoroense*, como essas características se associam aos elementos extralinguísticos do texto, que mudanças ocorreram no modelo textual escolhido. As nossas hipóteses são de que os editoriais sofreram mudanças consideráveis nas três dimensões: a pragmática, a linguístico-discursiva e a estrutural. A fundamentação teórica está embasada na metodologia de pesquisa das Tradições Discursivas decorrentes das teorias coserianas de texto e de mudanças de texto (Coseriu, 1979; 1980), (Schlieben-Langue, 1993), (Oesterreicher, 1994; 2001; 2002; 2006a; 2006b), (Kabatek, 2001; 2003; 2004; 2006; 2008; 2012), além de estudos de gêneros de Bazerman (2011a; 2011b; 2007; 2003), Miller (2012; 2009) e Marcuschi (2008). O resultado das análises mostrou que há muitas mudanças quanto ao estilo do texto, à extensão, ao conteúdo proposicional, às estratégias argumentativas - citação, pergunta retórica e marcas de oralidade, mantendo, no entanto, características prototípicas relativas à temática dos editoriais, à abertura e fechamento dos textos, à função e ao propósito comunicativo.

Palavras-chave: Gênero. Historicidade. Tradição discursiva. Editorial de jornal.

Language, genre and historicity: discursive traditions of newspaper editorial

ABSTRACT

This research focuses on the historical analysis of the Editorial of a daily Newspaper. This research intends to describe the kinds of Discursive Traditions of the Editorial genre in *O Mossoroense*, how these characteristics are associated with the text extralinguistic elements and the changes occurred in the chosen textual model. Our hypotheses are that editorials have undergone considerable changes in the three dimensions; the Pragmatic, the Linguistic-discursive and the Structural. The theoretical ground is based on the research methodology of Discursive Traditions derived from the Coserian theories of text and text changes (COSERIU, 1979; 1980), (SCHLIEBEN-LANGUE, 1993), (OESTERREICHER, 1994; 2001; 2002; 2006a; 2006b), (KABATEK, 2001; 2003; 2004; 2006; 2008; 2012), along with genre studies by Bazerman (2011a; 2011b; 2007; 2003), Miller (2012; 2009) and Marcuschi (2008). The result of the analyzes showed that there are many changes in the style of the text, the extension, the propositional content, the argumentative strategies - quotation, rhetorical question and marks of orality. However, it maintains prototypical characteristics related to the topic of editorials, the opening and closing of texts, function and communicative purpose.

Keywords: Genre. Historicity. Discursive traditions. Newspaper editorial.

¹ Doutor em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0003-1298-6084>. E-mail: ivandilsoncosta@uern.br.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (2017). Docente da Escola de ensino profissional Jaime da Cunha Rebouças. Orcid Id: <https://orcid.org/0000-0003-2688-4177>. E-mail: ang.thi@gmail.com

Introdução

O texto escrito, como uma das formas de realização da língua, sofre influências do contexto cultural, das tecnologias da época e se adapta às necessidades dos interlocutores. Nesse sentido, podemos afirmar que o texto está ancorado nas suas funções sociais e intenções comunicativas e possui características peculiares que estão ligadas a dimensões diferentes de constituição: a esfera contextual, a esfera estrutural e a esfera linguístico-discursiva.

As ideias que nos levaram a investigar o presente tema partiram dos estudos da linguística histórica e da constatação de que os estudos na área são de extrema relevância para o conhecimento linguístico tanto da língua em si, quanto de um gênero específico, pois consideramos que os textos, assim como a língua, têm historicidade.

Esse trabalho tem como objetivo geral investigar as Tradições Discursivas do gênero textual editorial em um periódico específico, buscando entender como os editoriais modernos se delinearão e que características reminiscentes eles preservaram em sua estrutura.

Para tanto, procurou-se, dentre outros aspectos, compreender como se constitui a tradição discursiva editorial no *corpus* recortado na pesquisa; recontextualizar o momento da produção dos editoriais, a partir da pesquisa bibliográfica e histórica, levando em conta aspectos socioculturais, conjuntura política, ideologias e modos de produção da época; descrever qual a função social o editorial desempenha em épocas distintas escolhidas para nossa análise; descrever os textos tanto na dimensão estrutural como na linguístico-discursiva; observar que traços do editorial do final do século XIX permanecem nos editoriais modernos, considerando o fator suporte como importante nesse percurso.

Em nossa pesquisa, escolheu-se o viés das Tradições Discursivas (TDs), dentre tantas outras formas de estudar um modelo textual, para traçar um perfil diacrônico do editorial no jornal *O Mossoroense*. Este é aqui tomado como representativo por ser um marco histórico na própria constituição do segundo centro urbano em grau de importância geopolítica do estado do Rio Grande do Norte, tendo marcado aspectos como a transição da economia de base rural para a urbanização e a configuração mesma da sociedade em seu processo de letramento deste centro polarizador da vida social urbana do oeste potiguar, o município de Mossoró.

A nossa recorrência ao paradigma das TDs se justifica pelo nosso entendimento de que uma análise linguística não deve situar-se apenas em uma dimensão do texto, seja ela formal ou contextual. Concordamos com Simões (2012, p. 58) em relação à importância dos estudos

diacrônicos que preservem o interesse tanto na abordagem das categorias gramaticais, quanto na história social e espaço onde foram produzidos os textos, além de fatores discursivos tais como a finalidade ou as motivações de mudanças, quando estas existem.

A historicidade dos textos

Há algum tempo na linguística, vem sendo usado com mais frequência o conceito de TDs. Esse conceito e metodologia novos surgiram na linguística românica com os estudos de Coseriu (1979) e expandiram-se para outros centros de estudos linguísticos, principalmente nos estudos históricos da língua. No Brasil, temos como exemplo o Grupo de Trabalho do Projeto Para a História do Português Brasileiro (PHPB) e vários pesquisadores que intentam estudar historicamente um determinado texto ou modelo de texto inseridos numa determinada época e contextos específicos.

Nessa perspectiva, temos que Coseriu (1979) estuda a língua sob três ângulos diferentes: o nível universal, comum a todos os seres humanos; o falar, enquanto feito antropológico e como capacidade de representação do mundo através de signos linguísticos; o nível histórico, como língua historicamente construída e que se atualiza no terceiro nível; e o particular, que se caracteriza como texto ou discurso concreto.

Considerando-se os níveis definidos por Coseriu (1979), concentra-se no nível histórico a ideia da historicidade dos textos. Esta reformulação é feita por Koch (1997) e Oesterreicher (1994), que duplicam o nível histórico em um nível histórico particular da língua, determinada historicamente enquanto idioma, e a história dos textos, de textos em particular.

O que se busca quando se estuda a língua vem sendo sempre relatado na maioria dos trabalhos acadêmicos e há uma tentativa de se delimitar a área na qual se está inserido. Na linguística, a observação direciona quase sempre, para a mudança linguística, que vem sendo perscrutada desde a gênese da ciência sob múltiplos olhares e com novas e diferentes ênfases. Nos estudos de texto e nos estudos de escrita em geral, a mudança tem sempre a relação com a forma, com a norma.

Norma e sistema são conceitos amplamente discutidos nos estudos coserianos e utilizados na distinção primordial para a estruturação do conceito de TD. Ao nos utilizarmos da língua,

sempre o fazemos em forma de textos, orais ou escritos, e estes são instituídos historicamente e sempre para uma determinada finalidade. Essa ideia já era bastante clara na obra de Schlieben-Lange (1993), a qual foi considerada marco nos estudos das TDs pela proposta metodológica de análise que apresenta. Suas ideias partem do ponto de considerar que há três tipos de saberes distintos para o uso da língua, que aqui se generalizou, já que tratamos de questões metodológicas tão adjacentes como a fala e a escrita.

Inicialmente, Schlieben-Lange (1993) se refere à língua falada, já que sua proposta trata de uma linguística do falar, mas devido a questões já tão discutidas em relação à linguagem humana e toda a proximidade das técnicas em questão, a escrita também é nivelada como técnica, que exige um processo de aprendizagem e que possui pré-requisitos. É no desdobramento do domínio histórico reside o estudo da tradição de um falar específico, de modelos. (Schlieben-Lange, 1993, p. 19)

Ainda segundo a autora, os diferentes domínios requerem diferentes saberes, em que o falar requer um saber específico em relação à referência acordada em comunidade, no grupo no qual se está inserido, à nomeação das coisas de forma lógica. No domínio de uma língua específica é necessário ter conhecimentos acerca da semântica daquela língua, não como disciplina específica e delimitada, mas como conhecimento holístico sobre as variedades, o funcionamento estrutural e sistemático etc.

No nível histórico, dentro do domínio da língua, conhecer os textos e os modos e as finalidades com que se pretende dizer algo é fundamental para o fluir da atividade linguística:

A linguagem necessariamente se apresenta na forma de línguas; toda língua deve ter a expressão e conteúdo; toda língua implica organização gramatical; toda língua sofre mudanças ao longo de sua história, etc. Mas, sem dúvida se podem admitir como universais essenciais também uma série de feitos muito mais específicos. Assim, por exemplo, parece necessário que a palavra exista em toda língua enquanto unidade léxica, ainda que não seja necessário que exista em todas as partes como nível de estruturação gramatical (Cosieru, 1979, p. 156-157).

Sobre esses domínios amplamente discutidos em textos inspirados em Cosieru, Schlieben-Lange (1993) levanta o questionamento sobre que tipo de normas valem para as diversas atividades do falar, partindo do pensamento de que para cada tipo de atividade do falar há um “*modus*” para se utilizar corretamente da fala. Esse questionamento traz à tona a relação da norma com a TD: estaria esta, tal qual conceituada como um modo de dizer as coisas segundo um determinado grupo em um contexto x, mais ligado à norma que à própria continuidade

histórica de um determinado texto? Aqui pensamos norma como prescrição, o modo de como se devem dizer as coisas. A norma trata-se da maneira consagrada pelos gramáticos, teóricos e estudiosos da língua de se comportar linguisticamente sejam por escrito ou oralmente.

Sobre o domínio da língua histórica particular, Kock (2008) justifica que as TDs não se confundem com línguas históricas particulares pelo fato de haver tradições como os editoriais, novelas, *small talk*, estilo simples, maneirismo e diferentes atos linguísticos como batizar, prometer e, quanto a isso, não há confusão entre a tradição e a língua histórica porque pode-se encontrar editoriais em todas as línguas, por exemplo, bem como atos como batizar etc. Isto quer dizer que, apesar das TDs serem essencialmente históricas, a língua histórica parece representar uma esfera mais generalizada que aquelas, existindo critérios que as diferenciam da língua histórica.

Ademais, têm-se os saberes correspondentes aos diferentes domínios, às determinadas regras. Ao nível universal, correspondem as regras ilocucionais que dizem respeito ao que sabemos sobre falar, como falar para alcançar determinado objetivo ou ação pela linguagem, assim, saber falar para obter de alguém que se levante de algum lugar para fechar uma porta ou janela, ou mesmo para que lhe traga algo, ou ainda saber direcionar as palavras para acalmar ou para consolar. São saberes linguísticos que dizem que as nossas intenções podem ser evidenciadas para promover atos através da linguagem. A própria argumentação pode ser considerada um saber que está compreendido no nível universal, já que em todas as línguas, é necessário usar de argumentos para se conseguir, algo, se discutir ideias, trocar informações, comparar fatos.

À língua histórica, se relacionam as regras idiomáticas, que dizem a respeito às possibilidades léxico-gramaticais daquela determinada língua e ao falante estaria compreendida a competência linguística particular, e nela a língua se realiza em situações específicas.

Fazer expectativas sobre um determinado texto, uma fala, uma conversa, pode evidenciar mais que a simples pressuposição que o falante sabe de adequação ou não. Este saber é o saber expressivo, em que o falante sabe o que é ou não adequado para as determinadas situações.

Outro ponto importante nas definições de Coseriu (1979; 1982) está a ideia de que as comunidades linguísticas se definem como tal através do linguístico em que a relação de pertencimento gera a necessidade de seguir um determinado padrão e, assim, eles não usam um tipo de texto porque são comunidade, mas o inverso. Sobre isso Schlieben-Lange (1993, p. 22) disserta: “as normas da correção idiomática fundam comunidades linguísticas (ou dialetais).

Pode-se violá-las, mas ao preço de colocar em questão a pertença à própria comunidade, de ser considerado ‘bárbaro’.

Paralelamente, uma noção que deve ser clara no paradigma das TDs é a ideia de historicidade dos discursos individuais, uma vez que:

A historicidade da língua é, então, a historicidade do homem social, entendendo *social* aqui não apenas em termos de coletividade das classes sociais, mas, sobretudo, em termos dos papéis sociais assumidos e das relações sociais entre o eu e outro que, juntamente com as finalidades comunicativas e demais condições de produção, determinam o que dizer e como dizer, produzindo sentido (Longhin, 2014, p. 19).

Essa historicidade, tanto nos discursos individuais como no acervo de textos produzidos por uma determinada comunidade, é o escopo para a formulação desta teoria. Mas não somente: aquela deve ser considerada como aliada à tradição, à evocação de algo, à memória textual e de modelos que são tomados numa análise em que observe as TDs e, mais além, rupturas ou permanência dizem não somente sobre as estruturas linguísticas como também do entorno do qual são componentes.

O conceito de Tradições Discursivas

As filiações linguísticas que perscrutam a mudança linguística, a observação de dados estruturais, semânticos, sintáticos, morfológicos, fonético-fonológicos, além de funcionais têm sido aliadas dos estudos de TDs, visto que, por exemplo, em suas pesquisas aquinhoam matéria para que estes estudos não fiquem apenas na virtualidade das pressuposições.

A noção de texto escrito como imutável foi, durante muito tempo, tida como correta e a única existente, e de fato, a língua escrita servia, em tempos mais remotos, como a forma de fixar o que era falado, sendo, portanto, desconsiderada e, além disso, discriminada, a variação linguística, em que a visão das línguas era apenas a de sistema fechado e imutável (Schieben-Lange, 1993).

Essa noção muda quando se modifica a reflexão linguística em ciências da linguagem, decorrente de mudanças de linha de pensamento de correntes filosóficas. O pensamento científico muda em sentido de valorização do sujeito, do individual e nesse escopo o texto tem suas interpretações revisitadas e revistas. Nesse contexto, a língua é apreendida em sociedade

e os textos são também construídos para se conviver em comunidade e possuem determinados objetivos na cadeia complexa que caracteriza a vida social.

Na perspectiva sócio-histórica é que as TDs podem nascer, pois a linguagem é essencialmente um meio de interação e relações complexas:

De um lado, penso que as técnicas do falar, isto é, as técnicas do referir, e do alterar se modificam e distinguem-se fundamentalmente de acordo com a modalidade de que a fala se utiliza. A diferença mais decisiva sobre este aspecto é entre o falar e o escrever (Schlieben-Lange, 1993, p.20).

É necessário, diante disso, chamar a atenção para a fala, parte que primeiramente foi focada em estudos que serviram de modelo para o aporte metodológico das TDs. Esse aspecto social assume uma dimensão antes não tão importante para as conclusões e análises de trabalhos que permaneciam na superfície estrutural linguística.

Assim, dentre algumas questões levantadas por Schlieben-Lange (1993, p. 40-41), temos as seguintes reflexões:

Quem fala que língua, com quem e quando? Quem troca argumentos linguísticos com quem, sob que condições e em que tipo de meio? Quem fala sob a língua? São poetas ou são filósofos? Quem são os parceiros de comunicação? Quais são as modalidades e as formas pelas quais se constroem os argumentos linguísticos? Que formas predominam na troca de argumentos, as formas orais ou as escritas e, em qualquer caso, interviriam nas argumentações as condições de constituição de ambas as modalidades de manifestação da língua, sob forma de discussões científicas?

Essas são apenas algumas questões a serem pensadas em pesquisas que relacionem o lado sócio-histórico às manifestações formais da língua bem como para traçar padrões de análise para mudanças e permanências em um determinado tipo de texto.

Para que se analisem as mudanças e permanências em um texto ou família de textos, é interessante notar a concepção de que estes são entidades que possuem uma história e que, além de tudo, podem ser investigados metodologicamente e de forma bem definida. Esse é o ponto central das investigações das TDs.

Kabatek (2008), diante desse quadro, afirma que, apesar de parecer um fato óbvio e ser pensando na linguística contemporânea como uma certeza, há muitas questões ainda não respondidas quanto a esse aspecto, inclusive o fato de algo considerado óbvio ter sido ignorado por considerável tempo. E ainda chama atenção para o fato de que a linguística sincrônica,

depois do paradigma saussureano, ter sido supervalorizada em detrimento do paradigma diacrônico, pode ter influenciado quanto a esta negligência.

Não obstante, embora este seja um campo ainda relativamente novo, muito se tem avançado em pesquisas sobre as TDs. Uma das temáticas que mais tem chamado atenção dos pesquisadores é a *gramaticalização*, que opera através de um *continuum* evolutivo e observa as hierarquias, principalmente nos contextos que são sintáticos e semânticos que tenham a ver com o significado de modo inovador, pesquisando-se como essa forma se mantém ou não na língua, bem como seu progresso e contextos nos quais aparecem (Company Company, 2008, p 17).

O conceito de TDs pode ser encontrado em um texto inicial de pesquisas de Kabatek, no qual ele tenta a formulação da ideia sobre a qual a metodologia de pesquisa será construída:

A historicidade discursiva seria, por exemplo, a da história dos gêneros textuais, dos atos de fala, os gêneros literários e retóricos e os estilos. Falar seria, pois, uma atividade universal que se realizaria através de um duplo filtro tradicional: a intenção do ato comunicativo teria que passar em cada momento pela ordem linguística que encadeia os signos de uma língua segundo suas regras sintáticas e pela ordem textual que atualiza certas Tradições Discursivas (Kabatek, 2001, p. 99).

Dessa perspectiva, temos que “os textos compreendem conjuntos de enunciados linguísticos que se relacionam a uma realidade, a uma situação e a todos os outros textos já enunciados” (Longhin, 2014, p. 10), estabelecendo, portanto, uma espécie de rede de gêneros, ideia defendida pelos pesquisadores como Adamzik e Klein, citados num trabalho de pesquisa de Costa (2008, p. 2), em que a autora argumenta, baseada nos autores citados, que os gêneros não estão desconectados um dos outros, ou seja, não são isolados em termos de constituição mas, que fazem parte de um sistema em que cada gênero possui seu valor. Assim, a pesquisa em TDs seria aquilatada constando o repertório dos gêneros e, além disso, que esses diferentes gêneros de uma mesma rede fossem comparados, na tentativa de compreender questões como as estruturais, as interrelações entre outros pontos importantes a serem observados.

Uma outra definição um pouco mais clara sobre as TDs é trazida por Kabatek (2006, p. 512).

Entendemos por Tradição discursiva (TD) a repetição de um texto, de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire o valor de signo próprio (é, portanto, significável). Pode formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer

semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados.

Parece-nos que esta definição, em conformidade com o que pensa Longhin (2014), apresenta critérios mais claros e que possibilitam delimitar o conceito, que não parece ser fácil para se firmar. No entanto, o critério definidor de fato, parece ser a repetição, mas não apenas qualquer repetição por si só: trata-se da repetição que manifeste um valor de signo, ou seja, que a fórmula ou estrutura ou elemento tenha atingido um valor próprio. E isso está ligado à sua composicionalidade.

Os filtros sobre os quais Kabatek (2006) fala e vários outros autores como Koch (1997) e Oesterreicher (1997) também já aparecem de maneira mais adjacente em Schlieben-Lange (1993), no capítulo inicial que trata sobre as normas do falar, da língua e dos textos. Segundo ela, Coseriu afirma que as comunidades partilham as tradições de uma língua, mas que as que são passadas por tradição textual não podem ser comparadas à medida que não se tratam do mesmo objeto.

Do ponto de vista da autora, as técnicas do falar e do escrever dependem da relação dos usuários com um *modus*, que são diferentes para as duas técnicas, e como é amplamente discutido e aceito na linguística atual, essa diferença parece ser mais clara hoje. Na produção, ela destaca a consciência do falante em relação à fala ou ao texto que podem ser ingênuas (para aqueles falantes em geral) e a teórica (para os especialistas). Essa divisão tem a ver com a produção do sentido, mas do ponto de vista do falante.

Já Kabatek e Oesterreicher (1997) também dissertam sobre a produção do sentido, mas centrados no discurso em si, na atividade linguística *per se*. Esse viés, apesar de não ser o mesmo que a autora comenta, nos oferece outra visão sobre a produção de sentido relacionado ao nível histórico. Dessa forma, o falante tem a seu dispor, acreditamos que de forma inconsciente, as regras da língua, que possibilitam certas escolhas, mas que permanecem ligadas e limitadas ao sistema e as tradições textuais às quais ele conhece. E nesse último, conforme cita Longhin (2014), estão relacionados aspectos organizadores do linguístico-textual, como domínio mais amplo do sentido, composicionalidade e estilo.

Procedimentos metodológicos do estudo

A investigação em que pautou o presente estudo se constituiu como uma pesquisa bibliográfica e documental, pautadas na análise estrutural, descritiva e interpretativa dos dados. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo no museu municipal Lauro da Escóssia, da cidade de Mossoró, para a constituição do *corpus*.

A abordagem utilizada foi a quali-quantitativa. Fez-se a seleção de 71 textos, publicados no jornal *O Mossoroense*, representativos do gênero editorial. Este jornal tem, atualmente, 145 anos de existência. Apesar de sua veiculação ter tido algumas interrupções, ele é considerado o periódico em circulação mais antigo do Rio Grande do Norte, sendo lido não só na cidade, mas em toda região oeste potiguar.

Foi feita a separação das amostras em três períodos diferentes, em intervalos de cerca de 50 anos, para o início da coleta de cada parte representativa do *corpus* para análise, com a finalidade de se observar o perfil constitutivo dos textos nesse intervalo de tempo e de acordo com a disponibilidade do material para a coleta.

O período que constitui o primeiro intervalo vai de 1872 ao ano de 1875, e conta com 34 exemplares de textos. O segundo período vai de 1928 a 1935 e é composto de 23 textos e o último, vai do ano 1980 ao ano de 2007 e comporta 14 textos. O critério utilizado na escolha foi a identificação do gênero com base em alguns critérios como a posição do texto no jornal, a temática, e a sequência prototípica da constituição do texto como hoje o conhecemos. A edição dos textos foi feita considerando as regras de edição do PHPB.

A metodologia de análise empregada está ancorada nas afirmações feitas por Coseriu em seus textos, que ressalta a necessidade de entender as motivações pragmáticas, interpretadas a partir do estudo do contexto e de forma mais ampla, da noção de entorno.

Nos estudos de TDs a reconstrução da “diacronia ideal” não é possível (Kabatek, 2006) apenas o estudo de sincronias em textos representativos destas. Assim, este estudo se constitui de análise dessas sincronias a partir de uma metodologia pautada em categorias diversas e considerando os três níveis em que Coseriu vê a língua; a dimensão estrutural, a dimensão linguístico-discursiva e a dimensão contextual.

O esquema de análise multidimensional ou mesmo de juntores utilizada no estudo das TDs, apesar de ser um caminho para a identificação destas, não seria o único, visto que essas metodologias apontam os sintomas de TD com uma riqueza metodológica, mas que para esta pesquisa não foi possível, dado o número de textos e ainda pela necessidade de um recorte metodológico para que se tivesse condições de analisar as amostras.

Análise da tradição discursiva editorial

É preciso, antes de tudo, situar a produção do gênero editorial em foco na ampla e complexa teia da conjuntura contextual. Faz-se necessário, por conseguinte, adentrar na sócio-história do Jornal *O Mossoroense* e conforme Gomes (2007, p. 71) ao situar a sócio-história estamos tentando:

Acompanhar as configurações das práticas comunicativas, culturais, econômicas, tecnológicas e políticas em desenvolvimento, como também refletir acerca das condições linguísticas e extralinguísticas necessárias para a identificação do editorial no decorrer de sua circulação.

Muitas são as influências externas que um texto pode sofrer e o jornal *O Mossoroense* carrega em sua história a própria história da cidade que surgia em meio ao processo de urbanização que se espalhava rapidamente pelo Brasil afora, e além da urbanização que efervescia, havia a economia que passava de economia rural, até metade do século XVII, em que as atividades se concentravam na criação de gado, havia os vaqueiros, procuradores das fazendas.

Segundo Rocha (2005), as cidades brasileiras refletiam um crescimento desalinhado e espontâneo, ficando a arquitetura das cidades muito a gosto dos seus moradores. Ainda em 1870, aos 14 de dezembro, era aprovada uma lei de n.º. 646 que autorizava a construção de uma estrada de ferro com intuito de ligar Mossoró ao porto de descarga dos navios que entrassem no rio.

É neste contexto, em que há mudanças por todos os lados, seja na economia, na política, seja pela aprovação de uma lei (n.º 621), cuja intenção era estabelecer a cadeira de instrução primária para o sexo masculino na cidade, ou seja, os indícios de primeiros letrados em Mossoró, nasce o jornal *O Mossoroense*.

No ano de sua estreia, 1872, a cidade de Mossoró completava dois anos de sua fundação, fato ocorrido por intermédio do Padre Vigário Colado Antônio Joaquim Rodrigues, em sua ida a Natal. Desta viagem resulta a lei que a promovia a vila à cidade, a qual se trata da lei n. 620 de 9 de novembro, época em que administração da cidade estava sob o comando de Manoel Filgueira.

A cidade de Mossoró estava ainda em processo de urbanização e organização dos espaços coincidindo com o que acontecia no Brasil, que desde a vinda da família Real para cá e em 1872, era irrefreável. Ainda sob o comando de um império em crise, éramos governados pelo Imperador D. Pedro II e vivíamos uma situação econômica difícil, em virtude da crise decorrente da guerra do Paraguai e a forte crítica, por parte da elite intelectual, à escravatura que ainda existia no país, tornando o Brasil o último país da América do Sul a libertar seus escravos.

Há que se considerar ainda o conflito entre a Igreja Católica e o Império em que a possibilidade de este meter-se nas decisões religiosas, o conhecido padroado, suscitava uma indigestão entre o clero e o Império, sendo esta intromissão os indícios para a defesa do Estado Laico em que a Igreja teria liberdades que lhe eram negadas no padroado, sistema este que durou até a proclamação da República no País, e nisto o Brasil deixava de ter uma religião oficial (Donato, 2005).

Na imprensa, cada vez mais se viam textos críticos dessa sociedade imperialista e o movimento pró-república crescia rapidamente no bojo da crise em se que emergia o Brasil e os textos publicados valiam-se de uma espécie de mescla entre literatura romântica e a oratória bacharelesca. É a chamada imprensa abolicionista, a mais popular campanha engendrada no país. Sobre isso Martins e de Luca (2015, p. 74) destacam a grandeza de tal movimento:

Intensa e arrebatadora, posto que sob a pena de talentosos literatos e de inspirados ilustradores, envolveu representantes da elite, das camadas médias urbanas, do funcionalismo público, do segmento estudantil, parte da Igreja e agentes emblemáticos da população negra. [...] Entre os estudantes, o jovem Castro Alves, assíduo na imprensa e na Academia, foi a voz apaixonada da causa que traduziu no poema *Navio Negreiro* a luta de uma raça. A cada linha de atuação emancipacionista ou abolicionista, ensaiou-se e/ou editou-se um jornal.

A campanha suscita um cenário envolvente em que todos os intelectuais mais pendentes ao Liberalismo econômico, afirmavam o caráter desumano da escravidão e isso se refletia na opinião pública veiculada nos jornais de caráter revolucionário. Em Mossoró, além dessas questões respingarem ainda que tardiamente na sociedade, havia o pensamento similar ao de Nabuco, segundo o qual “sem jornal próprio não se é nada aqui e vive-se do favor alheio” (Martins e De Luca, 2015, p. 77), sendo a política nacional o cerne das discussões aguerridas nas folhas editoriais desde as primeiras edições.

A política, na maioria dos textos que compõem o *corpus* que funda o relato do presente artigo, será abordada pelo viés inflamado e de acirramento entre ideais liberais e conservadores. Em 7 de setembro de 1872 realizou-se o pleito para escolha de vereadores e juizes de paz e o líder do Partido Conservador, Padre Vigário Antônio Joaquim Rodrigues, autorizou que a urna fosse levada para serem contados os votos no interior da igreja, sem a permissão da entrada de pessoas da oposição. Na porta havia capangas armados de porrete e punhais impedindo a entrada dos adversários políticos. No corolário da eleição feita à revelia, em 17 de outubro de 1872 é publicado o exemplar número 1 de *O Mossoroense* e, em sua primeira fase que se deu até 1876, seu maior alvo eram os conservadores.

Dados dos próprios editoriais do jornal confirmam a visão que temos sobre a postura revolucionária desse gênero e de como a história constrói, no arcabouço da imprensa e alinhados às ideologias dominantes, revelando os olhares que se têm sobre as coisas numa determinada época. Esses textos demonstram, em suma, o que de fato permeia as concepções de mundo, da ética, dos costumes, das organizações culturais e sociais.

A dimensão linguístico-discursiva dos editoriais

Inicialmente, cumpre apontar a natureza dos elementos argumentativos. A argumentação do editorial é considerada inerente ao gênero, dado o propósito comunicativo que é tido como influenciar a opinião pública e tentar persuadir o leitor de seu posicionamento. Como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) defendem, é pelo exercício mesmo da argumentação que se pretende a adesão do auditório a uma determinada tese.

A argumentação, desde os estudos aristotélicos, é considerada uma atividade primordial da linguagem e a esta é atribuída sempre uma intenção ou um objetivo de agir sobre o outro, de convencer, persuadir. Sobre isso, nenhum texto está livre de ideologia (Koch, 2002) e mesmo os menos argumentativos constituem-se também de argumentação, mesmo em menor grau.

Porém, a argumentação no editorial não seria um único tipo presente e inicialmente não seria tão estável assim, visto que os textos ainda não apresentavam estruturas prototípicas. Pode-se encontrar narração, injunção, exposição, descrição como formas de sequenciar o discurso e o texto é visto como predominantemente argumentativo por conter marcas linguísticas que atestam isso. Os verbos ou tempos verbais também são uma marca argumentativa relevante e, para o exame deste aspecto a autora que recorre à teoria de

Weinreich. Em nossa pesquisa observamos alguns aspectos importantes referentes aos tempos verbais, modalização, adjetivação, citação, pergunta retórica.

De acordo com Koch (2002, p. 181), citando a teoria de H. Weinreich, “os tempos verbais podem ser classificados em dois grandes grupos, que vão caracterizar a **atitude comunicativa** do locutor como **relato** ou como **comentário**”. Há dois grupos em que se separam os tempos verbais; o grupo I, que diz respeito às manifestações de comentários, em que o autor toma o leitor como responsivo, chamando-o a praticar alguma ação, expressos a partir dos tempos verbais presente (indicativo), pretérito perfeito composto, futuro do presente, futuro do presente composto, e as locuções verbais formadas por estes tempos; e o grupo II, em que o autor apenas narra uma história e requer um ouvinte atento, expresso através dos tempos verbais pretérito perfeito simples (indicativo), pretérito imperfeito, pretérito mais que perfeito, futuro do presente e locuções verbais formadas por esses tempos.

O comentário partilha das intenções comunicativas do editorial, sendo este um gênero em que constam, predominantemente estes tempos verbais. O tempo presente, chamado também de tempo zero, é considerado principal para o mundo do comentário e é partir dele que os outros tempos do comentário surgem.

Esse aspecto, nos ajuda a entender como o editorial se comporta ao longo de alguns anos no contexto específico de Mossoró. Nos editoriais estudados, o tempo presente aparece recorrentes vezes em todo o texto nos três recortes temporais. Disto, observa-se a introdução de elementos como verdades constatadas em que o leitor é convidado a ler e a concordar com a ideia expressa e, ainda, os verbos no futuro indicam também a segurança com que se afirma algum fato ou dado.

O fato de não se demonstrar no discurso, a dúvida, a incerteza ou mesmo a falta de compromisso com o que se diz, expressado muitas vezes pelo uso do condicional, traduz a ideia de um texto pautado em “verdades”, assumidas pelo autor como tal. E embora haja, em alguns textos, outros tempos verbais característicos de narrativas, ou que expressam a insegurança sobre o acontecido, podemos ver uma predominância dos tempos presente, pretérito perfeito, futuro do presente, nos editoriais estudados, o que se repete ao longo dos anos.

Nestes editoriais, percebe-se que, considerando os verbos utilizados, pertencem ao mundo do comentário, em que se persegue a argumentação a respeito de uma ideia, afirmada com certeza, considerando as escolhas verbais, e o fato de se repetirem nos textos como editoriais

podem nos dizer que, neste aspecto, o editorial preservou as características relativas ao modo de dizer e de argumentar.

Sobre a estrutura do editorial, normalmente se inicia com verbos no presente do indicativo para, inicialmente, afirmar a posição que se quer defender ao longo do desenrolar do texto. Feita a introdução, há uma miscelânea no uso de verbos tanto do grupo que corresponde ao relato quanto ao que corresponde ao comentário e ainda o uso dos semitempos verbais. O uso do grupo dos verbos que indicam uma narrativa se justifica, em certa medida, pela necessidade de se ter audiência de um leitor atento e “ouvinte”, de uma narração que será preparada para a argumentação e a opinião dada pelo autor do texto. Em todas as épocas, pudemos observar que tal estrutura se mantém.

Já na última parte do texto, o fecho, há diferenças quanto à forma de finalização e reafirmação dos argumentos. Em alguns textos, há a predominância dos verbos no presente e em outros, mesmo em menor quantidade, há a predominância dos verbos no futuro. A diferença se dá pela escolha do autor de, ou reafirmar o que se disse, com o tempo presente, ou expressar desejo ou previsão em relação ao tema exposto.

Traços de mudança e de permanência no gênero

Em nosso estudo, fundamentados na noção de que as TDs de um gênero podem ser muitas e de variados níveis de análise como o contextual, o estrutural e o linguístico-discursivo, observamos que o texto editorial do século XIX preserva ainda suas raízes no gênero editorial moderno e tanto apresenta traços que continuaram na tradição atual quanto apresenta traços que mudaram.

Na dimensão contextual, as mudanças parecem ser as mais significativas, pois os textos servem a um *querer dizer* e este está ligado às necessidades dos enunciados tanto quanto à situação comunicativa envolvida num contexto global. A situação comunicativa atual na qual se inserem os textos editoriais é complexa, principalmente porque o mundo em que vivemos é outro totalmente diverso daquele em que os textos opinativos no século anterior eram elaborados.

Para efeito de exemplificação, podemos destacar a conjuntura política atual como um fator contextual diferente que, obviamente, tem efeito direto na forma como se é pensado o texto. A lógica de um texto está ligada também à forma como o pensamento é difundido na

época e o editorial hoje tem demonstrado também uma organização diferente e mais técnica na sua elaboração. Essa parece ser a principal mudança de ordem pragmática que pudemos perceber em nosso estudo.

Outra mudança de muita importância é o fato de que a era atual está altamente informatizada e as novas tecnologias facilitaram o aparecimento de novas mídias e o surgimento de muitos canais de comunicação, recheados de opinião. Nisso, a influência do jornal parece ter sido afetada, pois há muito se fala em crise na imprensa e, evidentemente, esta afeta as formas como os textos são pensados e divulgados e, obviamente, a recepção destes pela sociedade. Nisso, o editorial parece hoje ter um alcance menor que o que tinha há 100 anos, na sociedade em que o único meio de informação era o jornal impresso.

A sociedade sendo outra, mais aberta a novas opiniões, mais receptiva e ao mesmo tempo crítica, requer a criatividade na produção editorialística para que a instituição não fique excluída ou perca leitores e esses fatores contextuais podem influenciar diretamente na estruturação e inovação das TDs.

Na dimensão estrutural temos ocorrências consideráveis: um dos fatores que chama a atenção nos últimos 20 anos é a informatização dos jornais brasileiros e o fato de a temática “economia” ser um dos carros-chefes de todos os editoriais (BARBOSA, 2007) e a construção do chamado jornalismo “cidadão” que deve ser útil à sociedade, de maneira que os textos dos jornais sejam necessários aos leitores.

Um dos primeiros pontos a serem vistos e constatados de que houve mudanças significativas, foi a diagramação. O posicionamento dos gêneros no suporte passou por várias mudanças, iniciando na primeira página, como o primeiro texto, indo para o final da primeira página na segunda fase por nós analisada e chegando à segunda página, já em 1980, quando se inicia uma terceira fase, ganhando um lugar destacado no texto, dentro de um quadro.

O Mossoroense segue a linha de vários outros jornais importantes do país e se moderniza disponibilizando também a versão *online* e, neste formato, o jornal se torna mais flexível em termos de espaço destinado aos textos, em função das cores e das novas ferramentas que a *internet* possibilita para os textos.

Nesse sentido, e em virtude de tantas mudanças visuais, o editorial perde seu lugar privilegiado, destacado num espaço vistoso, para as notícias mais urgentes e importantes da atualidade. Ganha um espaço destinado aos textos opinativos que são assinados e passa a se chamar “notas da redação”, se comparando à fase de 1928 em que o editorial se alocava na

seção “nótulas”, o que nos permite afirmar que não é mais o centro do jornal moderno, como era nos jornais do final do século XIX, em todo o país. Nesse sentido, a diagramação, definitivamente, modificou-se muito em razão dos anos decorridos desde os primeiros textos opinativos e em função da informatização dos jornais.

Em relação às temáticas, o mais comum nos textos editoriais mais antigos era a abordagem obstinada dos temas políticos, principalmente quando se menciona o contexto instável da política nacional à época, seguidos dos temas religiosos, quando também se discutia com fervor a problemática da influência religiosa nos assuntos do governo. Ainda no rol dos temas mais recorrentes, estavam os temas ligados à esfera local, assuntos administrativos, acontecimentos locais etc.

Se mantiveram os temas ligados à política, mas numa esfera mais local, e a política nacional não ocupa mais o cerne dos posicionamentos dos editoriais, além dos temas sobre economia, o que ocorre em grande parte dos jornais nacionais.

Numa cultura globalizada, a mídia, impressa ou virtual, é de extrema relevância para a propagação dos valores defendidos pela ideologia dominante, e essa influência só vem aumentando, principalmente a partir dos anos 1970 em que o controle do material divulgado nas mídias, exercido pela Ditadura, impulsionou a intensificação dos temas econômicos, “fabricando o consenso sobre a superioridade das economias abertas e insistindo que não há saída fora dos pressupostos neoliberais” (Barbosa, 2007, p. 224).

A inserção de novos temas, refletindo a diversidade e a complexidade da sociedade, é um fato novo nesses nossos textos. Os jornais, os textos diversos e os editoriais realinham-se para prestar serviço à sociedade, no chamado jornalismo “utilitário” e embora mantenham a tradição de falar sobre temas econômicos, políticos, abrem espaço para novas temáticas “cultura” e “novas mídias”.

No ponto referente à organização retórica dos textos, as unidades organizacionais que se preservam na atualidade são a introdução e a conclusão, sendo que aquela faz a enunciação do que vai ser tratado no corpo do texto, enquanto esta não se apresenta de maneira prototípica, sendo a ela destinado o posicionamento do editorial, que aparece no desenrolar do texto, a partir das escolhas lexicais feitas pelos autores dos textos.

Mesmo nos textos mais antigos, a opinião aparece em todo o texto, não constando apenas na conclusão. Quanto a esse traço, podemos afirmar que se estabeleceu a partir das necessidades

práticas de se ler um texto, que permanecem até hoje, em que o leitor cada dia mais procura praticidade ao ler.

Em relação à titulação, esta é uma característica composicional da tradição discursiva editorial. Raríssimos textos não apresentam um título e quando isso ocorre, se tem acima do texto a repetição do título do jornal “*O Mossoroense*”, como uma forma de expor que se trata da opinião do jornal.

Os títulos cumprem uma função estruturante e, nos primeiros textos, eles cumpriam três funções diferentes: a primeira seria uma função resumitiva do conteúdo a ser discutido posteriormente no texto, além da função de motivar os leitores à leitura, atraindo-os, acrescido da função de sequenciar os textos quando estes poderiam ser continuados em outro número do jornal ou mesmo quando seguidamente se tratavam sobre o mesmo assunto, mesmo não sendo uma continuação textual. Destas funções, a função de sequenciar o texto a partir do título, desapareceu dos editoriais mais modernos, que tratam de tantas temáticas diferentes e responde aos anseios sociais de diversidade temática, de versatilidade de análises. Assim, as duas funções que permanecem, são as de resumir o conteúdo temático e atrair o leitor.

Em relação ao propósito comunicativo, verificamos que os editoriais da primeira fase, além da intenção de opinar sobre um determinado assunto, podem apresentar outros propósitos comunicativos, tais como criticar valorativamente posturas, pessoas, ideologias, ações; além de instruir ou doutrinar, como é o tom de muitos dos jornais da época; noticiar um fato de forma a tentar induzir e influenciar o pensamento dos leitores; manifestar-se contra atitudes e fatos ocorridos na esfera local ou no âmbito nacional; cobrar aos leitores os ônus referentes às assinaturas dos jornais.

A multiplicidade de propósitos indica uma instabilidade do gênero, pois o editorial ainda não estava com todas as suas características definidas e embora saibamos que nenhum gênero pode ser engessado numa estrutura, esses aspectos composicionais é que revelam o grau de estabilidade desses gêneros.

Nos editoriais atuais, os textos circundam entre opinar, valorar (positiva ou negativamente), propor reflexão sobre alguma temática, comparar situações entre Mossoró e a capital do estado – Natal –, denunciar situações consideradas absurdas e que fogem, de alguma forma, à ordem, à justiça. Do exposto, os propósitos comunicativos se mantêm na linha de se posicionar frente a formas de governos, sobre fatos do cotidiano, sobre assuntos que sejam do interesse geral da sociedade.

Os editoriais cumprem funções diferentes do decorrer dos séculos. Nos anos de 1872 a 1875, em que havia uma dura crítica contra o regime monárquico instaurado no país, os textos cumprem a função social de convocar o povo a agir, a pensar contra, a criticar, a lutar contra esse modo de governo que não estava, por assim dizer, agradando. Na atualidade, a função dos editoriais está muito mais ligada à opinião do grupo ao qual pertence o jornal, que ainda é da mesma linhagem do fundador do jornal e hoje se configura como veículo de apoio a um determinado grupo político na cidade e região.

A função social, embora não seja uma tradição discursiva, é uma característica estruturante que se adaptou à nova sociedade, passando a incluir objetivos além do convencimento do leitor, ou da persuasão como, por exemplo, problematizar e jogar ao leitor a responsabilidade de atribuir um posicionamento a partir das escolhas do editorialista.

Na dimensão estrutural, podemos avaliar que algumas características fundamentais não mudaram no editorial, apenas receberam ou incorporaram novas funções, como é o caso do propósito comunicativo, mas a diagramação e outros aspectos imagéticos sofreram uma transformação imponente, já que o meio em que eram divulgados os editoriais passou por adaptações contextuais e foram acrescentadas novas técnicas de produção.

A dimensão linguístico-discursiva dos editoriais fornece muitas ocorrências interessantes para a nossa análise dos textos editoriais. Um dos pontos que mais sofreram mudanças foi em relação à forma como acontece a argumentação. Um dos pontos analisados foi o uso dos tempos verbais como técnica de argumentação. Nesse sentido, os verbos se dividem como do grupo do mundo comentado e do mundo narrado e, destes, os editoriais apresentam a maioria dos verbos característicos do mundo narrado, o que afirma que a composição dos textos, é predominantemente argumentativa.

Outra marca importante que evidencia quem fala, quem argumenta e a adesão do autor à tese defendida é o ponto de vista discursivo, a partir do qual, pelas marcas desinenciais de pessoa que, no caso, é 1ª pessoa do plural, se mantém até hoje nos textos mais atuais. Essa marca evidencia que o autor do texto, mesmo defendendo interesses da empresa, do grupo, tem forte aderência ao que é defendido nos textos. Esse ponto de vista, também fica claro nos modalizadores que permanecem até hoje nos textos, indicando uma autoridade expressa, por exemplo, nos verbos no modo injuntivo “deve”. O autor do texto dos editoriais permanece conectado à sua tese, de forma a transparecer essa adesão, o que vem desde os primeiros textos estudados por nós.

Uma das marcas mais relevantes no tocante à opinião é o processo de adjetivação de um texto. Por meio das escolhas que fazemos dos qualificadores, refletimos o nosso posicionamento em relação ao objeto definido, à ideologia que defendemos e a adjetivação é uma marca importante para a captação da opinião.

Nos primeiros editoriais estudados, observamos que esse processo de adjetivação era exagerado, tornando o texto excessivamente marcado, prolixo, e de difícil compreensão. A linguagem se aproximava muito da linguagem literária e, por vezes, se apresentava confusa, com períodos longos e com referentes de difícil recuperação. Percebemos que essa característica era comum a outros textos da época, como o manifesto e o pasquim e outros periódicos panfletários que combatiam veementemente a monarquia de D. Pedro II, além de combaterem também todo tipo de conservadorismo ideológico que atravancava o desenvolvimento – por vias mais liberais – da sociedade brasileira da época e Mossoró também não estava longe desse desejo de uma nação mais moderna, mais liberal.

No entanto, esse traço de adjetivação exagerada sofreu um realinhamento muito drástico em relação aos primeiros textos que analisamos. Os textos atuais conservam a adjetivação de forma mais ponderada, diminuindo a prolixidade do texto. Esse redimensionamento no campo linguístico-discursivo tem forte relação com o estilo de pensamento mais objetivo praticado hoje na imprensa brasileira. As necessidades dos leitores modernos são totalmente diversas das dos leitores da época em que o jornal foi fundado.

Hoje, podemos perceber textos editorialísticos mais objetivos, considerando que o tempo dos leitores é escasso e os textos pomposos e cheios de rebuscamento não são agradáveis e nem procurados pelos leitores ocupados do século XXI. A leitura deve ser mais prática, facilmente compreendida e clara para que os leitores tenham acesso rápido às informações disponíveis nos textos. Esse ponto ressalta a dependência e influência que os textos têm dos fatores contextuais, nos quais os textos estão inseridos.

A par disso, a citação e a pergunta retórica deixaram de ser traços composicionais dos textos editoriais. A pergunta retórica como uma forma de condução de raciocínio na argumentação parece ter pedido espaço nos textos editoriais mais modernos para a demonstração de fato, como forte indício argumentativo. O leitor hoje, é um leitor mais informado e mais exigente quanto à verdade divulgada em mídias e as perguntas retóricas como forma de indução lógica podem não ter mais o mesmo efeito.

Outra mudança na dimensão linguística diz respeito ao desaparecimento de expressões estrangeiras que visam um estilo textual mais erudito e com traços de eloquência, assim como a citação e a pergunta retórica.

Também percebemos uma distância maior do enunciador em relação ao público marcado pelas modalizações. Nos primeiros textos havia de forma enfática a inclusão do jornalista nas ações evidenciadas pelos verbos de primeira pessoa, ao passo que, nos textos atuais, essas passagens ocorrem em menor número.

Uma característica importante que se realinhou nos editoriais mais modernos é o maior entendimento dos escritores das propriedades da modalidade escrita e da modalidade oral. Os textos do século XIX apresentam muitas marcas do oral, o que foi também estudado por Pessoa (2002) e amplamente discutido em seu trabalho sobre a semi-oralidade no Recife.

Encontramos muitas marcas de oralidade em vários níveis: no textual-pragmático (as pausas, hesitações, expressões que denotam estados de espírito, manifestações das emoções), no morfossintático (marcadores temporais próprios das narrativas, a parataxe, a pontuação excessiva e/ou inadequada, desvios de concordância verbal) e no lexical (as palavras *omnibus* que são utilizadas para várias coisas, palavras de uso regional, palavras do diminutivo, assimilação entre as vogais).

Obviamente, percebemos muitas marcas da oralidade, o que significa que a apropriação da modalidade escrita e de todas as suas regras ainda não tinha acontecido totalmente, corroborando com as ideias de Pessoa (2002) de que os textos se aproximavam bastante da modalidade oral por ainda se situarem num contexto em que o letramento ainda era pouco e destinado apenas a algumas classes sociais.

A maioria dessas marcas de oralidade sumiram nos textos mais atuais em virtude da apropriação em nível alto da modalidade escrita dos textos. Esses textos mais atuais estão estruturados mais prototipicamente imbuídos de uma distância comunicativa maior, sem transcrições de discurso direto, de uma extensão menor, um uso mais ponderado da adjetivação, e com uma estratégia retórica bem definida.

O editorial do século XXI é, enfim, mais objetivo em termos de estratégia retórica e de linguagem, que embora não seja uma linguagem coloquial também não se trata da linguagem rebuscada com traços de literatura, como eram os textos coloniais.

Considerações Finais

Nesta pesquisa, procuramos desvendar a composicionalidade da tradição discursiva editorial, do jornal *O Mossoroense*, publicado a partir de 17 de outubro de 1872, feita em três intervalos de tempo consideráveis para que houvesse mudanças importantes nos textos. A primeira fase se deu a partir de 1872 a 1875, a segunda fase de 1928 a 1932 e a terceira fase se deu a partir de 1980 a 2007.

Consideramos inicialmente que o gênero editorial no contexto de *O Mossoroense* havia sofrido mudanças tanto estruturais como na dimensão linguístico-discursiva, basicamente influenciados pelos fatores pragmáticos que envolvem temas como a organização política da sociedade, o grau de informatização da instituição jornalística, bem como a relação com o público leitor.

A história do texto editorial é, por conseguinte, o cerne dessa investigação. Partimos do pressuposto defendido por Kabatek (2001) de que os textos têm uma historicidade assim como os idiomas apresentam histórias de suas mudanças e estados. E essa historicidade tem como pano de fundo a dimensão pragmática na qual se inserem os textos.

Essa é a razão de ser da metodologia de trabalho das TDs: relacionar os acontecimentos contextuais ao estabelecimento de tradições de um dizer, e logicamente estarem as tradições, noutro ponto de análise, ligadas a um momento específico na história e evocar, em algum momento, partes ou um texto historicamente situado. Daí a importância da verificação de que elementos textuais estão presentes no gênero que estão ligados aos fatores pragmáticos.

A constituição desta TD e os traços de mudança e permanência do texto apontaram que este é bastante heterogêneo, a ponto de afirmarmos que, na fase inicial de sua publicação, ele se assemelhava ao manifesto, gênero textual que consiste em declarações públicas de caráter persuasivo, com o objetivo de transmitir opiniões, decisões e ideias.

A tradição discursiva editorial, do jornal *O Mossoroense*, tem forte viés textual e pragmático, visto que é um texto historicamente convencionalizado que faz parte da cultura potiguar. A estrutura do texto do jornal está assentada na história, nas convenções da escrita e na cultura local, traços indispensáveis para a compreensão da noção de TD.

Na dimensão linguístico-discursiva observamos a forma como a argumentação se estrutura nos três recortes temporais, como é confeccionada a modalização dos textos, em que medida a adjetivação é eficiente para indicar posicionamento dos editorialista e ainda outros

aspectos como as citações, expressões estrangeiras de origem latina, francesa e inglesa, a pontuação, as interjeições.

Das reflexões provocadas, observamos que os textos opinativos se mostraram flexíveis quanto à sua estrutura, às temáticas e que ainda as mudanças de suporte, como a mídia digital agora, as mudanças tecnológicas, evidenciaram mudanças principalmente no que diz respeito à localização e disposição do gênero no suporte, o que não interfere, obrigatoriamente na funcionalidade do gênero.

Ademais, a função social agregou mais possibilidades de manifestação na materialidade do texto que no final do século XIX, quando estava mais voltado apenas a expor a opinião do proprietário do jornal e podemos comprovar que atrelada à sua existência estão as questões sociais, políticas e econômicas que circundam os editorialistas, conforme afirmou Marques de Melo (2003).

Podemos também observar que a linguagem extremamente ácida e por vezes ofensivas já não é prototípica dos editoriais modernos. Nem mesmo a extensão massuda são características dos editoriais mais atuais. Muda-se o tempo, mudam-se os interlocutores, os papéis sociais, as necessidades. Com isso, procuramos elaborar um quadro, não exaustivo, mas suficiente para caracterizar as TDs dos editoriais de jornal diário.

Referências

- BARBOSA, Marialva.** *História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BAZERMAN, Charles.** *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2011a.
- BAZERMAN, Charles.** *Gênero, Agência e Escrita*. São Paulo: Cortez, 2011b.
- BAZERMAN, Charles.** *Escrita, Gênero e Interação Social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BAZERMAN, Charles.** Formas sociais como habitats para ação. *Investigações: Linguística e Teoria Literária*, v.16, n. 2, p. 123-141, jun. 2003.
- COMPANY COMPANY, Concepción.** Gramaticalización, género discursivo y otras variables en la difusión del cambio sintáctico. In: KABATEK, Johannes (ed.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Madrid: Iberoamericana, 2008. p. 17-52.
- COSERIU, Eugenio.** *O homem e a sua linguagem: estudos de teoria e metodologia lingüística*. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.

COSERIU, Eugenio. *Lições de linguística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

COSERIU, Eugenio. *Teoria da Linguagem e Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, Alessandra Ferreira Castilho da. Tradições Discursivas em *A Província de São Paulo* (1875): gêneros textuais e sua constituição. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MICHELETTI, Guaraciaba; MARÇALO, Maria João; Martin, Vima Lia de Rossi (orgs.). *A Língua Portuguesa no mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

DONATO, Hernâni. *História de usos e costumes do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

GOMES, Valéria Severina. Traços de mudança e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido. *Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.*

KABATEK, Johannes. Como investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos. In: JACOB, Daniel; KABATEK, Johannes (orgs.) *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: Descripción gramatical - pragmática histórica – metodología*. Vervuert: Iberoamericana, 2001, pp. 97-132.

KABATEK, Johannes. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Fundacion Duques de Soria*. Seminário de História da língua espanhola “El cambio lingüístico na historia española: nuevas perspectivas. Soria, 7 a 11 jul. 2003.

KABATEK, Johannes. Sobre a historicidade de textos. Trad. José da Silva Simões. *Linha D’água*, n. 17, p. 160 - 167, nov. 2004. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/linhadagua/images/arquivos/LD/17/traducao2004.pdf>
Acesso em: 15 out. 2012.

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudança lingüística. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Orgs). *Para a História do Português Brasileiro*. Salvador, BA: EDUFBA, 2006. v. 7, p.505-527.

KABATEK, Johannes. *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas*. Vervuert: Iberoamericana, 2008.

KABATEK, Johannes. Tradição discursiva e gênero. In: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (orgs.) *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 579-588. ISBN 978-85-232-1230-8.

KOCH, Ingedore. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Peter. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español. In: KABATEK, Johannes (Org.). *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Frankfurt am Main/Madrid: Vervuert-Iberoamericana. 2008, p. 53-88.

KOCH, P. *Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik.* In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris (orgs.). *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit.* Tübingen: Narr, 1997.

LONGHIN, Sanderleia. *Tradições Discursivas: conceito, história e aquisição.* São Paulo: Cortez, 2014.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais no ensino de língua. In: MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão.* São Paulo: Parábola, 2008.

MARQUES DE MELO, José. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil.* Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MARTINS, Ana Luíza; DE LUCA, Tânia Regina. *História da Imprensa no Brasil.* 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MILLER, Carolyn. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia.* Recife: Universitária da UFPE, 2009.

MILLER, Carolyn R. *Gênero textual, agência e tecnologia: estudos.* São Paulo: Parábola editorial, 2012.

OESTERREICHER, Wulf. Langage parlé et langage écrit. In: **LEXICON DER ROMANISTISCHEN LINGUISTIK.** Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2001. v. 1-2. Verbete 62: *Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache.*

OESTERREICHER, Wulf. Autonomización del texto e recontextualización: dos problemas fundamentales en las ciencias del texto. In: HOPKINS RODRÍGUEZ, Eduardo (ed.) *Homenaje Luis Jaime Cisneros.* Lima: Pontificia Universidad Católica del Peru, 2002. p. 343 a 387.

OESTERREICHER, Wulf. El español em textos escritos por semicultos. In: LÜDTKE J. (org.). *Competencia escrita de impronta oral em la historiografía indiana (siglo XVI): Actas del simposio del Instituto Ibero-Americano de Berlin, 23 y 24 de abril de 1992.* Madrid: Iberoamericana, 1994. p. 155-190.

OESTERREICHER, Wulf. La historicidad del lenguaje: variación, diversidad y cambio lingüístico. In: BUSTOS TOVAR, José Jesús de; GIRÓN ALCONCHEL, José Luis (eds.), *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española, Bd. I,* Madrid: Arco Libros, 2006a. v.1.

OESTERREICHER, Wulf. *Mudança linguística e recursos de expressividade na língua falada.* In: LOPES, et al. (eds.). *Sincronia y Diacronia de tradiciones discursivas em Latinoamérica.* Madrid: Iberoamericana, 2006b.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica.* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PESSOA, Marlos B. Da carta a outros gêneros textuais. In: DUARTE, M. E. L.; CALLOU, D. (orgs.). *Para a história do português brasileiro: notícias de corpora e outros estudos*. vol. IV. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2002. p. 197-205.

SCHLIEBEN-LANGUE, B. *História do falar e história da linguística*. Campinas: EdUNICAMP, 1993.

SIMÕES, José da Silva. A importância da história dos gêneros para a constituição de *corpora* diacrônicos. In: MARTINS, Marco Antônio; TAVARES, Maria Alice. *História do português brasileiro do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2012.

Recebido em: 03 de março de 2025.

Aceito em: 27 de março de 2025.